

DESAFIOS PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

ELISA MARIA DOS ANJOS

Doutora em Memória Social - Professora da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, elisa.anjos@ufma.br;

DEJAMIM FERREIRA PEREIRA

Graduado do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, dejamim@gmail.com;

GLÁUCIA MAYRA DA SILVA LEAL

Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, glauciamayra.leal94@gmail.com;

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo contribuir com as reflexões acerca das dificuldades encontradas atualmente pelo professor de Sociologia e discutir como alguns entraves estão além da sala de aula. A trajetória do ensino de Sociologia no Brasil é atravessada, desde a sua origem, por disputas de sentidos e nesse contexto, até mesmo o marco simbólico de sua origem tornou-se fonte de querelas e dissensões (MORAES, 2011). Embora as discórdias em si, não se constituam como um problema, uma vez que a ciência se nutre do dissenso, em relação à disciplina Sociologia, contudo, tais desacordos, cuja face mais pública é as diversas reformas educacionais que sempre afetam a oferta da Sociologia, geram um efeito devastador no imaginário social, pois implicam, muitas vezes, no reforço do discurso da descontinuação da Sociologia dos quadros obrigatórios de ensino da educação básica (MIGLIEVICH-RIBEIRO; SARANDY, 2012). A intermitência tem caracterizado, até o momento, a oferta da disciplina como componente curricular não contribuindo para sua “tradição” no ensino básico. Outra questão de insegurança aos professores diz respeito à exclusão do livro didático com acervo específico para área, pois a pulverização do conteúdo sociológico em outros campos fornece o combustível para a perda da especificidade que justifica tanto o professor quanto a existência da disciplina. Associado a essa conjuntura, a alteração da Lei nº 11.684, de 2 de 2008 que retira a obrigatoriedade da oferta do ensino de Sociologia agravam as tensões. Nesse contexto, desde o ano 2017, o ensino de Sociologia vem sendo confrontado com dificuldades novas tais como as implicações do Projeto de Lei Escola Sem Partido que criminaliza a prática docente (RIBEIRO, 2016) e debilita as relações entre docente e discente, tratando o primeiro como um manipulador e subvertendo a própria lógica jurídica, uma vez que o professor precisa provar sua inocência em relação à sua práxis. Acrescentamos também as limitações que a atual BNCC está implementando em relação ao ensino ao hierarquizar conteúdos, bem como o reforço a essa precarização corroborada pela Reforma do Ensino Médio e seus “supostos” itinerários formativos que se constituem no mais novo dilema a ser vencido por quem luta pela oferta de um ensino de qualidade à população como um todo e não apenas a estratos privilegiados da sociedade. Em meio às pressões desenvolvidas ao longo da história temos outras na atualidade, como declarações de ministros da educação que desmerecem o papel da Sociologia fazendo com que isso também se reflita na incerteza acerca deste conteúdo pela

sociedade civil. Dentro desse contexto do ponto de vista institucional, que tangencia com legislações educacionais, mergulhamos em uma pandemia causadora de muitos infortúnios. Assim, além de danos no campo familiar e afetivo, perdemos o contato interpessoal que se estabelece na relação professor/estudante/espço escolar, que hoje está mediado por telas eletrônicas. Tal contexto explicita mais uma vez a questão da desigualdade demonstrando que essas diferenças impacta no processo de ensino e aprendizagem onde a realidade expressa que os professores enfrentam batalhas cotidianas para ministrar aulas, dialogando com pessoas que não possuem computador em casa, ou que o dividem com demais familiares; estudantes assistindo aulas em um ambiente barulhento ou cheio de outras pessoas (até porque havia a orientação para ficar em casa); famílias que não possuem um bom pacote de dados para assistir ou baixar vídeos, etc. Assim, a desigualdade se fez presente na concretude das relações sociais em relação ao direito à educação (ARROYO, 2015). Percebemos, dessa forma, que além das dificuldades que qualquer docente enfrenta no processo de ministrar aulas, o professor de Sociologia precisa também, “provar” que tem não somente o “direito” a essa ação. A ação do professor de Sociologia não visa formar sociólogos, mas desabrochar no estudante a percepção da sua capacidade (LAHIRE, 2014), fazendo-os perceberem a noção de processo para desconstruir a ideologia de que tudo “deve ser assim mesmo”, bem como a percepção do papel do indivíduo (MARANHÃO, 2014) e das coletividades como agentes no desenvolvimento da sociedade. Construindo também com os alunos a percepção das estruturas da sociedade que o cerca e, sobretudo, ajudando-os a perceber que a realidade social é construída por pessoas e, se é construída pode ser reformulada quando as estruturas não mais corresponderem aos anseios da coletividade. Assim, a práxis do docente de Sociologia atravessa condições impostas pela pertença a diferentes classes sociais, as condições estruturais da escola, a construção e implementação de políticas educacionais, a formação docente entre outros aspectos e não exclusivamente as relações que se estabelecem nas interações face a face em uma sala de aula, mas, com indivíduos que trazem repertórios construídos em seus processos de sociabilidade, pessoas que não são objetos inanimados esperando para serem preenchidos (FREIRE, 1987). O professor de Sociologia, com o uso de seu acervo teórico, busca emancipar os estudantes tanto da noção de vácuo intelectual quanto do processo de desumanização que o faz acreditar ser uma peça de engrenagem, dialogando com os estudantes da sua humanidade.

Pensando em todas essas questões, elaboramos essas reflexões embasadas em uma proposta metodológica de base qualitativa, em um estudo acerca da experiência dos docentes da disciplina Sociologia na cidade de São Luís, no Maranhão. Os dados serão obtidos por meio de questionários semi-abertos com professores de Sociologia do ensino médio com o propósito de compreender como estes profissionais se sentem nesse momento e a sua percepção acerca da Reforma do Ensino Médio e as principais dificuldades impostas no ensino remoto em razão da pandemia de COVID-19, uma vez que, de alguma maneira exige que se trace novos caminhos para o ensino de Sociologia já que o cenário a todos imposto, exige uma didática diferente do usual. Assim, perguntamo-nos: Em quais condições efetuam as aulas? Que tópicos abordaram no período remoto? Como o Novo Ensino Médio impacta a disciplina?

Palavras-chaves: Sociologia; Ensino; Professor.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **O direito à educação e a nova segregação social e racial** – tempos insatisfatórios? Educação em Revista|Belo Horizonte|v.31|n.03|p. 15- 47 |Julho-Setembro 2015.

BRASIL, MEC. **Lei no 11.684, de 2 de junho de 2008**. Altera o art. 36 da lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l1684.htm. Acesso em: 06 de outubro. 2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MARANHÃO, SEDUC. **Diretrizes Curriculares** - Secretaria de Estado da Educação do Maranhão, SEDUC, 3. ed. São Luís, 2014.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adélia M; SARANDY, Flávio Marcos Silva. **Perspectivas políticas e científicas acerca do ensino da Sociologia** In Figueiredo, A. V; OLIVEIRA, L.F; PINTO, N. M. Sociologia na sala de aula: reflexões e experiências docentes no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Novo Milênio, 2012.

MORAES, Amaury. **Ensino de Sociologia:** periodização e campanha pela obrigatoriedade. Cad. Cedes, Campinas, vol. 31, n. 85, p. 359-382, set.-dez. 2011.

LAHIRE, Bernard. **Viver e interpretar o mundo social:** para que serve o ensino da Sociologia? Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 45, n. 1, jan/jun, 2014, p. 45-61.

RIBEIRO, Vera Masagão. **A ideologia do movimento Escola Sem Partido.** São Paulo: Ação Educativa, 2016.